

PAINT-CAIN 2016



Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2016

Objetivo do PAINT é versar sobre os meios de atuação para a área de auditoria interna e contribuir com a Prefeitura Municipal de São Paulo na busca por resultados satisfatórios quanto à eficiência, eficácia, economicidade, legalidade e legitimidade dos atos e fatos da gestão.

**Controladoria Geral do
Município de São Paulo**
**Coordenadoria de Auditoria
Interna**



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	4
2.	FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT.....	5
3.	ESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.....	6
4.	DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	7
5.	ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.....	11
6.	A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.....	12
7.	A COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA.....	13
8.	RECURSOS HUMANOS E ORÇAMENTO DE CAIN	15
9.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	16
10.	QUADRO DE ATIVIDADES.....	18
11.	CONCLUSÃO.....	20

1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna 2016 (PAINT) estabelece normas de elaboração e acompanhamento das atividades desempenhadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna área ligada a Controladoria Geral do Município.

Foi adotado como parâmetro o modelo instituído no Governo Federal pela Controladoria Geral da União – CGU, que é responsável por estabelecer normas de elaboração e acompanhamento da execução do planejamento anual das unidades de auditoria interna pertencentes às entidades da Administração do Poder Executivo Federal.

O objetivo do PAINT, por meio de procedimentos ordenados e sistemáticos, é versar sobre os meios para a atuação da área de auditoria interna e contribuir com a Prefeitura Municipal de São Paulo na busca por resultados satisfatórios quanto à eficiência, eficácia, economicidade, legalidade e legitimidade dos atos da gestão.

A Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP tem um orçamento estimado da ordem de 54,4 bilhões de reais para o ano de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 16.334, de 30 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual 2016). Este Orçamento é composto por diversos tipos de Unidade, incluídos o poder Legislativo, a Administração Direta e Indireta, fundos especiais e orçamento de investimento em empresas municipais.

É papel da Coordenadoria de Auditoria Interna – CAIN verificar a execução e os resultados da utilização dos recursos da Administração Direta e indireta do Município, de modo que seja assegurado o uso mais eficiente possível do orçamento paulistano.

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna 2016 está em consonância com o Planejamento Estratégico da Coordenadoria de Auditoria Interna 2016 e para isso são feitos esforços no sentido de prever os recursos necessários para um efetivo método de controle e uma atuação inovadora de auditoria no município de São Paulo.

Esse suporte se inicia na visão estratégica da Controladoria Geral do Município de São Paulo, refletindo um olhar inovador e transparente em relação às atuações das macro funções do Controle Municipal. Dessa forma, o PAINT representa um compromisso de atuação e uma postura crítica perante as oportunidades do setor de auditoria no ano de 2016 no Município de São Paulo.

2. FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT

Para a elaboração do PAINT 2016, foram considerados:

- O diagnóstico das unidades do Município de São Paulo, obtido por meio da aplicação de metodologia de Auditoria Baseada em Riscos;
- O Planejamento Estratégico da Controladoria Geral do Município de São Paulo;
- A legislação aplicável à organização;
- Resultados dos trabalhos divulgados dos órgãos internos e externos de controle.

O período considerado para a execução do contemplado no PAINT 2016 é de 4 de janeiro a 30 de dezembro de 2016. Foi então considerada uma equipe composta por 41 funcionários, sendo que 20 destes serão considerados apenas a partir do mês de maio, em decorrência da equipe que será admitida através do concurso que há em andamento simultaneamente à elaboração deste plano.

Foi considerado um regime de 8 horas de trabalho por dia útil, bem como férias apenas para os 21 que foram considerados desde o início do ano, uma vez que os novos ingressantes do concurso não terão tempo de serviço suficiente para serem contemplados com período de férias.

Nas horas destinadas a cada tipo de trabalho, estão inclusos os tempos necessários para:

- O planejamento dos trabalhos;
- Coleta e análise de dados;
- Visitas *in loco*;
- Aplicação das técnicas de auditoria apropriadas;
- Aplicação da legislação;
- Elaboração das ordens de serviço, solicitações de auditoria, registros das constatações;
- Monitoramento de resultados das auditorias realizadas;
- Elaboração de Notas Técnicas e Relatórios de Auditoria, com os achados e as respectivas constatações, recomendações, respostas da área auditada e apresentação dos resultados;
- Realização de outros trabalhos que não são auditorias propriamente ditas, mas fazem parte das competências de CAIN.

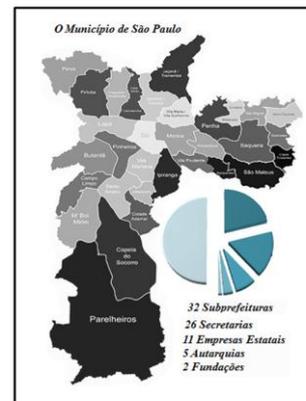
3. ESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP, Capital do Estado de São Paulo, apresenta um cenário financeiro dos mais complexos do Brasil, se não do mundo, possuindo o maior orçamento municipal brasileiro, bem como o décimo maior PIB do mundo, sendo este PIB aproximadamente 9,05% do PIB do Brasil e 31,61% do PIB do Estado de São Paulo. Sede ainda da Bolsa de Valores, Mercados e Futuros de São Paulo – BM&F Bovespa, a segunda maior bolsa de valores do mundo (em termos de valor de mercado).

Soma-se a isso, do ponto de vista sociocultural, o fato de que se verifica a existência de realidades locais muito diversas. Apresenta a maior população municipal do Brasil, bem como a sétima maior do mundo, contando ainda com as maiores populações de origens étnicas estrangeiras (especificamente italiana, portuguesa, japonesa, espanhola, libanesa e árabe) fora de seus respectivos países, a cidade apresenta uma complexidade sociocultural muito grande, exigindo uma estrutura organizacional muito ampla para atender a toda a população, possuindo, além da estrutura básica de qualquer município, uma subdivisão territorial na forma de Subprefeituras para poder alcançar realidades locais de um Município de grande extensão.

Essas subprefeituras (criadas em 2002 pela Lei 13.399/2002) segmentam a cidade de acordo com indicadores socioeconômicos, cabendo a elas as decisões e controle em nível local de assuntos municipais.

Concentram-se ainda na cidade não somente as estruturas sede de todas as unidades estaduais paulistas, mas também a maior parte das sedes de estruturas estaduais estaduais, o que aponta para a importância que o município tem do ponto de vista da Administração Pública.



O Município de São Paulo é então dividido entre 26 secretarias, 32 subprefeituras, 11 Empresas Municipais, 5 Autarquias e 2 Fundações.

4. DIAGNÓSTICO DAS UNIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A Controladoria Geral do Município de São Paulo investe em métodos modernos, usados amplamente por outros órgãos de controle no país e no exterior, entre um destes métodos, se tem a avaliação de risco.

A avaliação de risco é um processo para definição de algumas auditorias prioritárias, obtidas por meio dos resultados das matrizes de vulnerabilidade, sendo assim uma análise conjugada e comparativa dos fatores de vulnerabilidade das unidades auditáveis do Município de São Paulo.

Para classificação as unidades auditáveis foram divididas em três grupos: Subprefeituras, Secretarias e Administração Indireta. Foram atribuídas notas a cada uma das Unidades, de 1 a 4 (sendo 1 a menos frágil e 4 a mais frágil), permitindo comparação entre todas as unidades do mesmo tipo.

Para chegar a esta nota, foram atribuídas notas a diversos indicadores (também de 1 a 4), permitindo que os resultados de cada um sejam analisados de forma confrontada, não bruta, assim resultando em uma criticidade comparativa, não gravidade isolada. Para coletar os dados dessa matriz, foram utilizadas diversas fontes, tais como sistemas (ex.: SOF e Transparência), solicitação de dados elaborados por outras Secretarias, solicitação de dados para as próprias Unidades.

Vale notar ainda que, para que as matrizes não apresentem resultados enviesados, os indicadores não são de apenas um tipo, mas quatro:

- Indicadores de materialidade;
- Indicadores econômicos;
- Indicadores de controle;
- Indicadores sociais.

Isso permite uma visão mais abrangente, uma vez que através da realização dessas matrizes foram observados diversos aspectos das Unidades da PMSP. Além disso, os indicadores foram arquitetados para que pudessem ser observados de maneira inter-relacionada, bem como para que pudessem ser aprofundados em uma análise isolada de uma Unidade.

Matriz de Vulnerabilidade

O que é?

A matriz de Vulnerabilidade da Coordenadoria de Auditoria Interna da Controladoria Geral do Município de São Paulo permite embasar o direcionamento das auditorias futuras.

A Matriz é uma ferramenta de quantificação de indicadores, a qual possibilita comparação justa e equivalente de todas as Unidades da Prefeitura.

Essa ferramenta permite a identificação das características comuns a todas as unidades da Administração Direta e Indireta para aferir as potenciais fragilidades dessas unidades, assim, é possível identificar os mais vulneráveis a casos de corrupção e irregularidades.

Classificação das Unidades

Conforme dito, as Matrizes de Vulnerabilidade elaboradas por CAIN são instrumentos comparativos, resultando, ao final, em uma classificação entre as Unidades de mesmo tipo. Essa classificação se dá através da divisão das Unidades em quatro grandes grupos (cada grupo representado pela nota a si atribuída), sendo estes: 1 – criticidade baixa; 2 – criticidade média; 3 – criticidade alta; 4 – criticidade altíssima.

As matrizes relativas às Secretarias, Subprefeituras e Empresas Estatais já tiveram suas primeiras versões totalmente finalizadas, enquanto os dados das Autarquias e Fundações estão sendo coletados para futura elaboração de outra Matriz de Vulnerabilidade.

Seleção de Unidades para auditorias baseadas em risco (ABR)

Nas auditorias assistemáticas são atacados problemas específicos, os quais são relativos a Unidades específicas. Já no caso das auditorias sistemáticas, serão utilizados alguns métodos para seleção de Unidades de cada tipo.

Para os tipos de Unidade que já possuem Matrizes de Vulnerabilidade elaboradas, serão consideradas tais matrizes, sendo selecionadas para serem auditadas com maior frequência Unidades que tenham maior nota, dentro do número total de auditorias a serem realizadas em 2016. Serão realizadas também, em menor volume, escolhas aleatórias, através de “sorteios”, de modo que as Unidades com criticidade baixa também sejam auditáveis.

Por fim, para as Unidades da Administração Indireta que ainda não possuem uma matriz pronta, serão utilizados os dados coletados para elaboração dos indicadores a serem usados nas futuras matrizes, bem como dados vindos de outras fontes, como da Ouvidoria Geral do Município ou de estudos da própria CAIN.

Diagnóstico

O resultado obtido por meio das matrizes de vulnerabilidade esta exposto a seguir:

Diagnóstico de Secretarias

Secretaria	Classificação
Assistência e Desenvolvimento Social	4
Cultura	4
Desenvolvimento Urbano	1
Direitos Humanos e Cidadania	3
Educação	4
Esportes, Lazer e Recreação	3
Finanças e Desenvolvimento Econômico	2
Planejamento, Orçamento e Gestão	3
Governo Municipal	3
Habitação	3
Infraestrutura Urbana e Obras	3
Licenciamento	1
Negócios Jurídicos	1
Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida	1
Políticas para Mulheres	1
Promoção da Igualdade Racial	1
Relações Governamentais	1
Relações Internacionais e Federativas	1
Saúde	4
Segurança Urbana	2
Serviços	4
Coordenação das Subprefeituras	4
Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo	3
Transportes	2
Verde e Meio Ambiente	3

Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAINT

Histórico

Demanda Interna

Aprimoramento dos métodos de identificação de riscos

Fortalecimento da Gestão Pública

Informações

Para arrecadar todas as informações necessárias, a CGM utilizou diversas fontes de informação, banco de dados e até pesquisas inéditas.

Apoio das secretárias, subprefeituras e empresas na construção dos dados.

Ao agregar estas informações, é possível avaliar o nível de criticidade de uma Unidade, a fim de que se possa priorizar uma auditoria nos locais mais vulneráveis.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

Diagnóstico da Administração Indireta

Empresa	Classificação
Companhia de Engenharia de Tráfego	4
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	4
Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município	3
Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	2
São Paulo Negócios	2
São Paulo Obras	2
Companhia Paulista de Securitização	1
São Paulo Transportes	4
São Paulo Turismo	3
São Paulo Urbanismo	3
Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo	1

Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAINT



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

Diagnóstico das Subprefeituras

Subprefeitura	Classificação
Aricanduva/Vila Formosa/Vila Carrão	3
Butantã	4
Campo Limpo	4
Capela do Socorro	4
Casa Verde/Cachoeirinha	1
Cidade Ademar	3
Cidade Tiradentes	1
Ermelino Matarazzo	2
Freguesia do Ó/Brasilândia	3
Guaianases	2
Ipiranga	4
Itaim Paulista	1
Itaquera	4
Jabaquara	3
Jaçanã/Tremembé	2
Lapa	3
M'Boi Mirim	4
Mooca	3
Parelheiros	2
Penha	3
Perus	1
Pinheiros	2
Pirituba/Jaraguá	2
Santana/Tucuruvi	1
Santo Amaro	4
São Mateus	3
São Miguel	3
Sapopemba	1
Sé	4
Vila Maria/Vila Guilherme	1
Vila Mariana	1
Vila Prudente	2

Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAINT

5. ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Foi observado o orçamento da Prefeitura Municipal de São Paulo para fins de controle acerca dos gastos públicos e pudemos identificar quais os gastos realizados pela Administração segmentados por área, observando quais as funções mais significativas do ponto de vista financeiro-orçamentário para a PMSP.

Comparando o orçamento de 2015 com o orçamento previsto para 2016, pode-se observar a expectativa de crescimento nos gastos públicos em cada área, permitindo uma melhor compreensão do uso dos recursos públicos por cada tipo de função.

Proposta de Orçamento da PMSP (PLOA)		
Orçamento Atualizado 2015 x Proposta 2016		
Descrição da Função	Orçamento Atualizado 2015	Proposta 2016
Legislativa	R\$ 832.234.646,00	R\$ 852.470.000,00
Judiciária	R\$ 207.025.118,00	R\$ 241.238.558,00
Administração	R\$ 1.128.745.962,00	R\$ 916.027.399,00
Defesa Nacional	R\$ 506.908,00	R\$ 551.000,00
Segurança Pública	R\$ 514.106.920,00	R\$ 528.227.711,00
Relações Exteriores	R\$ 396.046,00	R\$ 655.200,00
Assistência Social	R\$ 1.173.947.235,00	R\$ 1.341.337.792,00
Previdência Social	R\$ 7.612.001.193,00	R\$ 9.417.851.898,00
Saúde	R\$ 9.320.668.041,00	R\$ 9.450.541.755,00
Trabalho	R\$ 191.002.667,00	R\$ 137.800.943,00
Educação	R\$ 10.092.053.008,00	R\$ 11.203.952.175,00
Cultura	R\$ 557.061.851,00	R\$ 716.854.737,00
Direitos da Cidadania	R\$ 126.270.662,00	R\$ 120.107.789,00
Urbanismo	R\$ 5.536.824.132,00	R\$ 5.975.863.090,00
Habitação	R\$ 2.130.281.521,00	R\$ 1.763.825.781,00
Saneamento	R\$ 1.135.685.472,00	R\$ 1.332.064.779,00
Gestão Ambiental	R\$ 402.751.139,00	R\$ 274.425.246,00
Comércio e Serviços	R\$ 72.555.000,00	R\$ 110.655.000,00
Comunicação	R\$ 262.879.121,00	R\$ 203.625.675,00
Transporte	R\$ 3.921.476.447,00	R\$ 4.386.656.162,00
Desporto e Lazer	R\$ 543.256.217,00	R\$ 651.848.828,00
Encargos Especiais	R\$ 5.672.582.338,00	R\$ 4.615.718.829,00
Reserva de Contingência	R\$ 1.000,00	R\$ 165.000.000,00
Total	R\$ 51.434.312.644,00	R\$ 54.407.300.347,00

Fonte: Proposta de Lei Orçamentária Anual 2016 (Projeto de Lei 538/2015)



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

Observada acima a Proposta Orçamentária para o ano de 2016, cabe citar como despesa do poder Executivo todo o escopo de atividades apontadas na tabela. A partir dessas informações, pode-se verificar quais áreas oferecem maior necessidade de controle do ponto de vista econômico-orçamentário, bem como seu peso em relação ao restante do orçamento.

Por exemplo, as áreas da Educação, da Saúde e da Previdência Social da PMSP são as que mais recursos operam, com orçamento previsto para quase o dobro de diferença em relação ao próximo na lista, urbanismo. Desta forma, estas funções representam um peso muito maior do orçamento municipal do que as outras, sendo também as que mais devem atentar ao uso eficiente e controlado dos recursos que recebem.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

6. A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A Controladoria Geral do Município é estruturada em cinco Coordenadorias, uma Supervisão Geral de Administração e Finanças e seu Gabinete, o qual conta com uma Assessoria de Produção de Informações e Inteligência. Nota-se a mais recente dessas coordenadorias (CODUSP) foi criada em 2015 pelo Decreto Municipal nº 56.700 de 9 de dezembro de 2015.



Elaborado pela equipe técnica responsável pelo PAINT

O Controle Interno municipal é representado pela Controladoria Geral do Município de São Paulo, a qual é composta por quatro macro funções, dentre elas: Ouvidoria, Auditoria, Correição e Prevenção e Transparência. A função de auditoria da CGM é desempenhada pela Coordenadoria de Auditoria Interna – CAIN.

A CAIN é o órgão responsável pela fiscalização do Controle Interno das Administrações Direta e Indireta Municipais, bem como quaisquer entidades de Direito Privado que recebam recursos do município de São Paulo (Terceiro Setor).

A Controladoria Geral do Município de São Paulo, foi instituída através da Lei 15.764 de 27 de maio de 2013.

Missão

A missão da CGM é verificada através de suas competências, dadas pelo artigo 119 da lei 15.764 de 27 de maio de 2013.

Visão

Trazer à prefeitura de São Paulo padrões de excelência em Auditoria, Corregedoria, Ouvidoria e Promoção da Integridade.

Valores

Qualidade

Integridade

Cooperação

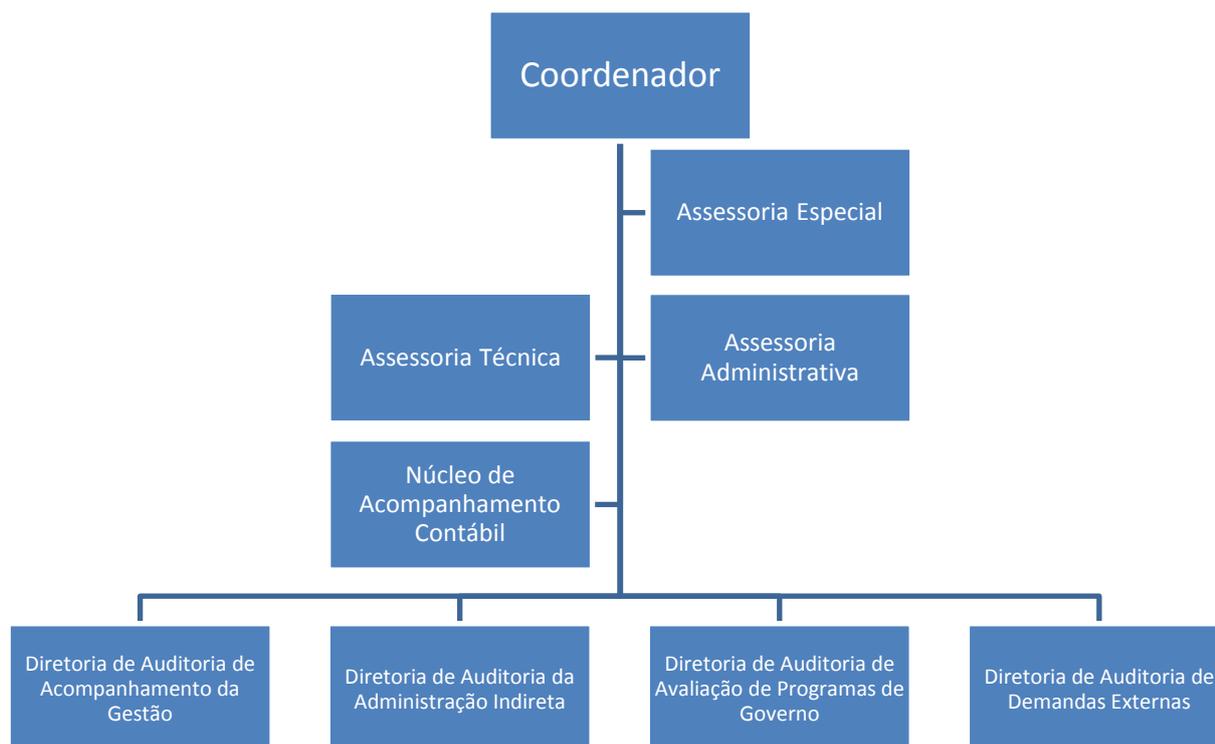
Colaboração

7. A COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

A Coordenadoria de Auditoria Interna da Controladoria Geral do Município de São Paulo é a coordenadoria responsável pela verificação da execução e dos resultados da utilização dos recursos da PMSP, de modo que seja assegurado o uso mais eficiente possível do orçamento paulistano, bem como pela fiscalização das Unidades da Prefeitura, desempenhando parte essencial importante de Controle Interno da Administração Pública Municipal.

Estrutura organizacional de CAIN

O organograma da Coordenadoria de Auditoria Interna, apresentado abaixo, teve sua composição a partir do novo modelo da Coordenadoria de Auditoria Interna, estrategicamente pensado visando as novas atuações em auditorias. Soma-se a isto a possibilidade de atuação mais abrangente, visto o aumento de seu efetivo de servidores. Em complemento, é importante ressaltar que o organograma esta alinhado com o Planejamento Estratégico do ano de 2016.



Elaborado pela equipe técnica responsável pelo PAINT

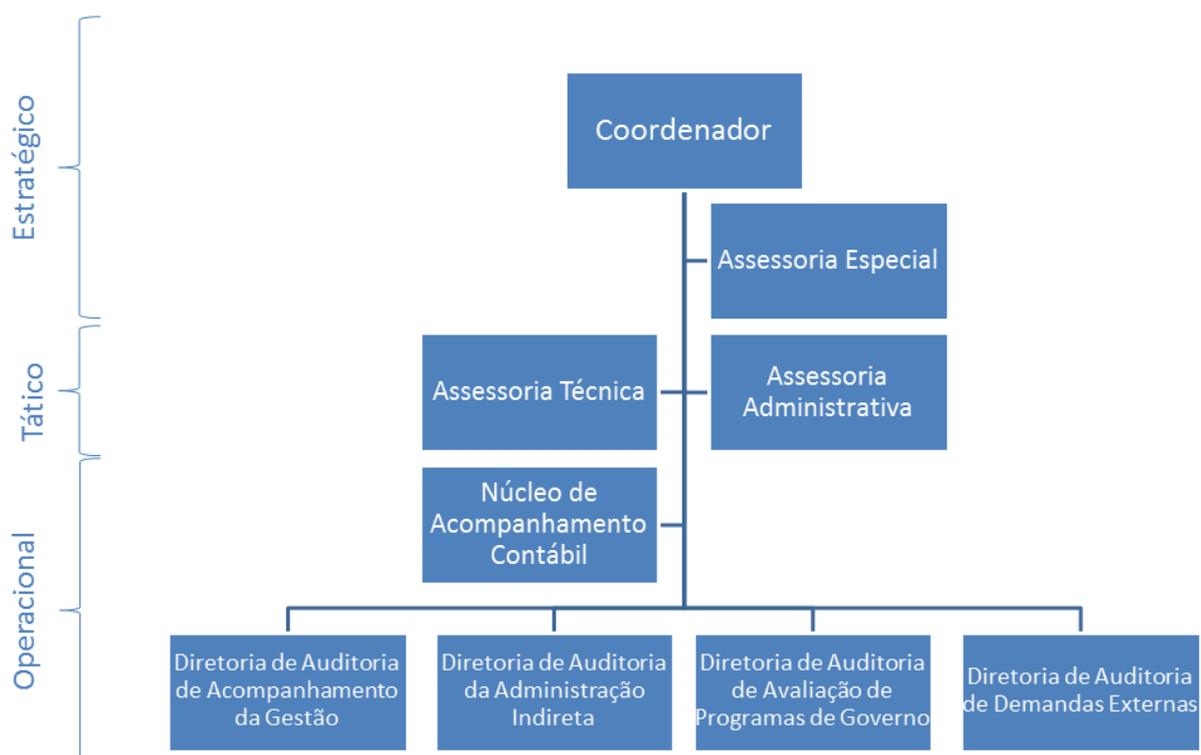
De acordo com os níveis de atuação podemos destacar conforme a figura a seguir, que o nível estratégico esta vinculado ao direcionamento de longo prazo, visão de futuro, focaliza no ambiente externo, tem ênfase na efetividade e aborda a posição da auditoria perante a CGM como um todo, sendo no âmbito da CAIN representada pelas funções do Coordenador e seu Assessor Especial.

Por sua vez o nível tático é o direcionamento de médio prazo, o qual aborda a unidade organizacional e focaliza na articulação interna, com ênfase para a eficácia nos trabalhos de

auditoria, abordando o ambiente específico e interno da CAIN, tendo representação realizada pela Assessoria Técnica e Assessoria Administrativa.

Por fim, há ainda o nível operacional cujo direcionamento no curto prazo aborda cada tarefa e operação, focaliza em processos e possui ênfase na eficiência. Neste nível estão representados o Núcleo de Acompanhamento Contábil e as quatro Diretorias.

Pode-se observar a organização da CAIN, com suas respectivas divisões de nível organizacional no organograma a seguir:



Elaborado pela equipe técnica responsável pelo PAINT

Departamentalização

As atividades são realizadas em um núcleo e quatro Diretorias, os quais são demandados através do Coordenador de Auditoria Interna, o qual solicita tarefas segregadas pela natureza de cada caso. Estas divisões são:

- Núcleo de Acompanhamento Contábil
- Diretoria de Auditoria de Acompanhamento da Gestão
- Diretoria de Auditoria da Administração Indireta
- Diretoria de Auditoria de Avaliação de Programas de Governo
- Diretoria de Auditoria de Demandas Externas

Detalhamento das unidades de diretoria

Núcleo de Acompanhamento Contábil – NAC

Este núcleo é o responsável pelas tarefas de análise e monitoramento de natureza contábil da CAIN. São também os responsáveis pelo acompanhamento do cumprimento das determinações do TCM para as Unidades da PMSP.

Subsidiar as auditorias realizadas pelas Diretorias da CAIN, acompanhando as informações contábeis emitidas pela Prefeitura como um todo, além de apreciar as prestações de contas das Unidades municipais.

Diretoria de Auditoria de Acompanhamento da Gestão – DAAG

Responsável pela realização de auditorias nas Secretarias e Subprefeituras que terão como escopo principal a verificação da regularidade de seus processos licitatórios, da execução dos contratos deles decorrentes, da gestão de seu patrimônio, da gestão de recursos humanos, da arrecadação das taxas e tributos sob sua responsabilidade, entre outros.

Diretoria de Auditoria da Administração Indireta – DAAI

Diretoria responsável pela realização de auditorias nas Empresas Estatais (Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista), Autarquias e Fundações, as quais terão escopo principal similar ao da DAAG, porém com características e legislação específicas para estes modelos de organização. Há ainda em sua gama de responsabilidades auditorias com foco contábil, operacional, de conformidade e/ou de avaliação da gestão das Unidades.

Diretoria de Auditoria de Avaliação de Programas de Governo – DAAPG

É a responsável pela avaliação da execução dos Programas de Governo, os quais estão, principalmente, sob responsabilidade de Secretarias. Além da verificação da regularidade dos gastos necessários para a execução dos Programas e sua eficiência, a DAPG também tem como objetivo avaliar a eficácia e efetividade dos Programas junto à sua população alvo.

Diretoria de Auditoria de Demandas Externas – DADE

A DADE se trata da responsável pela realização de auditorias que tenham origem através de solicitações de externos à CAIN. Estes externos podem ser outros departamentos da própria CGM (Ouvidoria, Corregedoria, Gabinete etc.), outros órgãos da Administração Direta municipal (outras Secretarias ou Subprefeituras), o Gabinete do Prefeito, outros órgãos de controle do município ou não (Tribunal de Contas do Município, Ministério Público do Estado, Polícia Civil) ou mesmo a sociedade e seus apelos e necessidades.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

Origem da demanda	Quantidade
Corregedoria	2
Denúncias de cidadãos	7
Gabinete da CGM	3
MPE	8
Ouvidoria	48
Polícia Civil	1
Gabinete do Prefeito	1
Secretarias do Município	6
Tribunal de Contas do Município	7

Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAINT

Atualmente a demanda externa mais antiga em estoque, ainda pendente de análise, foi recebida em 10/02/2015. Com a entrada dos novos Auditores pretende-se reduzir significativamente o tempo para análise das demandas externas recebidas.

8. RECURSOS HUMANOS E ORÇAMENTO DA CAIN

Para o exercício de 2016, o orçamento estimado de CAIN é, conforme se verifica na tabela a seguir, da ordem de R\$ 7.307.144,44.

Orçamento 2015 X Prévia Orçamentária 2016		
	Exercício 2015	Previsão 2016
Gasto de Pessoal (R\$)	R\$ 2.837.782,20	R\$ 5.926.232,25
Gasto Operacional (R\$)	R\$ 750.718,32	R\$ 1.380.912,18
Total	R\$ 3.588.500,52	R\$ 7.307.144,44

Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAINT

O crescimento em relação ao ano de 2015 se deve ao aumento no número de auditores a partir de maio, bem como à mudança de ambiente de trabalho, o que modifica os custos para a CAIN em relação à CGM como um todo.

Atualmente a força de trabalho de CAIN está assim composta:

- 1 Coordenador – Cargo em comissão;
- 1 Assessor Especial – Cargo em comissão;
- 2 Assessores Técnicos – Cargos em Comissão;
- 3 Assessores Técnicos – Analistas de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional;
- 12 Analistas de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional;
- 2 Assistentes de Políticas Públicas.

A partir de maio de 2016 é esperada a posse de 20 Auditores Municipais de Controle Interno.

9. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico da Controladoria Geral do Município de São Paulo, subsidiou a construção deste Plano Anual de Auditoria Interna, o qual foi baseado nas políticas norteadoras do controle interno. Em relação à composição do Planejamento Estratégico da CAIN podemos observar sua Missão, Visão, Valores e Diretrizes, conforme apresentado abaixo:

Missão

Assegurar a eficiência e eficácia do Controle Interno nos órgãos municipais da Administração Direta e Indireta em defesa do patrimônio público, atendendo ao interesse social.

Visão

Até 2020 fortalecer a imagem da Coordenadoria de Auditoria Interna de forma a ser reconhecida como Unidade essencial de controle e fiscalização da gestão dos recursos públicos.

Valores

- Autonomia;
- Independência;
- Objetividade;
- Imparcialidade;
- Transparência;
- Integridade.

Diretrizes

- Promoção do planejamento das auditorias de cada área específica, obedecendo as metas propostas;
- Estabelecer padrões de auditoria;
- Acompanhar e Fiscalizar programas de governo;
- Realizar auditorias nos sistemas Contábil, Financeiro, Orçamentário e Patrimonial da Administração Direta e Indireta;
- Aumento do alcance do Controle Interno;
- Aperfeiçoamento de mecanismos de detecção de irregularidades;
- Aumento da sinergia com o controle social e cidadania;
- Monitorar as auditorias de exercícios anteriores;
- Desenvolvimento da nova carreira de Auditor Municipal de Controle Interno (AMCI);
- Estabelecer novas parcerias e manter as atuais com outros órgãos de controle interno.

SWOT

Com a definição das informações estratégicas, é possível a análise das condições que a CAIN possui, bem como a análise do ambiente em que se insere. Essas análises são feitas de modo a identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da CAIN, dando origem a uma Matriz SWOT, a qual é apresentada a seguir:

SWOT	Fatores Positivos	Fatores Negativos
Fatores Internos	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento e atualização acerca da legislação competente • Padronização de procedimentos • Comunicação entre as áreas • Independência • Autonomia 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de sistemas específicos para atividades • Número insuficiente de funcionários • Ruídos de comunicação dentro de uma mesma área
Fatores Externos	<ul style="list-style-type: none"> • Credibilidade • Ausência de interferência governamental • Normatização sendo construída para melhor nortear as atividades de controle interno 	<ul style="list-style-type: none"> • Clima político nacional • Atuação de grupos de crime organizado • Legislação

Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAINT

Macro Atividades

As macro atividades da CAIN, pautadas pelas diretrizes do controle interno do setor público que são disseminadas pelo Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI, podem ser observadas a seguir:

- Atuar de forma independente em relação ao auditado;
- Realizar auditorias de forma prévia, concomitante e a posteriori, priorizada a concomitante;
- Realizar auditorias de conformidade;
- Utilizar-se na auditoria dos seguintes componentes: Plano e Planejamento;
- Utilizar-se na auditoria dos seguintes componentes: Informação e comunicação ao órgão e monitoramento dos trabalhos feitos;
- Elaborar matriz de risco para o plano de auditoria;

- Publicar anualmente o plano de auditoria;
- Conhecer o ambiente de controle interno para o planejamento de auditoria;
- Avaliar no planejamento de auditoria os riscos e os recursos disponíveis (financeiros, humanos, materiais, entre outros);
- Utilizar-se de programas padrão de auditorias e constantemente atualizados;
- Supervisionar os trabalhos e auditoria para garantir o cumprimento de seus objetivos;
- Informar a corregedoria de infração disciplinar ou indícios de sua ocorrência detectados na execução da auditoria governamental;
- Elaborar relatórios, pareceres, notas técnicas e outros instrumentos de comunicação de auditoria;
- Comunicar formalmente os resultados de auditoria obtidos;
- Monitorar as recomendações sugeridas nos documentos emitidos aos órgãos auditados;
- Obter do auditado o plano permanente de providências, ou documento afim, para saneamento dos problemas detectados na auditoria realizada;
- Comunicar a autoridade competente para adoção de medidas referente à indisponibilidade dos bens de responsáveis indicados por dano ao erário após conclusão de tomada de contas especial.

Perfil de atuação

A CAIN possui um modelo de atuação centralizada, a qual é executada exclusivamente pelos seus servidores em exercício, uma vez que a CGM é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo municipal. Isso, combinado com a autonomia e independência do órgão, dá maior confiabilidade nas atividades de auditoria da CAIN.

São realizados os seguintes tipos de auditoria:

- Contábil;
- Financeira;
- Orçamentária;
- De Programas Governamentais;
- De Controles Internos;
- Patrimonial;
- De Conformidade Processual;
- De Recursos Humanos;
- De Contratos;
- De Convênios;
- De Aditamentos;
- Em PPPs;
- Em OSs;
- Em OSCIPs.

Essas auditorias são definidas por vários métodos, sendo estes:

- Áreas de vulnerabilidade;
- Áreas que ficaram muito tempo sem receber auditorias;
- Demandas de dirigentes para inclusão de suas Unidades no Plano de Auditorias;

- Demandas oriundas do planejamento anual da PMSP;
- Denúncias e outros tipos de manifestação;
- Alertas de imprensa;
- Alta frequência de inconformidades;
- Impacto para a sociedade;
- Volume de recursos;
- Relevância dos Programas/Projetos da Unidade;
- Orçamento;
- Número, valor e relevância de Contratos;
- Número, valor e relevância de Convênios;
- Número, valor e relevância de Aditamentos.

Resumidamente, o perfil de atuação da CAIN pode ser descrito da seguinte maneira:



Elaborado pela equipe técnica responsável pelo PAINT

Objetivos

A CAIN possui diversos objetivos, compostos por objetivos que são comuns a todas as áreas da CGM, bem como objetivos próprios, conforme se verifica na tabela a seguir:

Objetivos Comuns	Objetivos Específicos da CAIN
Promover boas práticas de gestão	Monitorar auditorias realizadas em exercícios anteriores
Criar e padronizar procedimentos	Implantar sistema de gerenciamento da auditoria
Aperfeiçoar comunicação interna	Aperfeiçoar matrizes de risco
Gerenciar qualidade da equipe	Realizar auditorias na Administração Indireta
	Avaliar programas de governo
	Normatizar criação dos departamentos de conformidade
	Formação de equipes com perfil de liderança
	Diminuir tempo para análise das demandas externas em estoque
	Estruturação do programa de capacitação Fortalece São Paulo

Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAINT

O quadro abaixo relaciona os setores responsáveis pela execução dos objetivos de CAIN para 2016, bem como o período previsto para a sua realização.

Objetivos de CAIN - 2016	Obstáculos/ Problemas Mensuráveis	Possíveis Causas (duradouras ou imediatas)	Ações - 1º Trimestre	Ações - 2º Trimestre	Ações - 3º Trimestre	Ações - 4º Trimestre	Responsável(is)
Monitorar as auditorias realizadas em exercícios anteriores	Número de servidores envolvidos em tarefas de monitoramento Número de trabalhos monitorados	X	Auditorias de monitoramento	Auditorias de monitoramento	Auditorias de monitoramento	Auditorias de monitoramento	Equipes de auditoria
Implantar sistema de gerenciamento de auditoria	Tempo médio de pesquisa Possibilidade de extração de relatórios gerenciais	Necessidade de recursos financeiros Utilização de acordos de cooperação Acúmulo de funções dos servidores	Concluir a implantação do sistema	X	X	X	Coordenador



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

Aperfeiçoar Matrizes de Vulnerabilidade	Matrizes criadas	Metodologia de avaliação de controles e riscos adaptada à Prefeitura ainda a ser consolidada	Concluir a Matriz da Administração Indireta	X	X	Atualizar a Matriz de Subprefeituras e Secretarias	Assessoria
	Matrizes renovadas						
Realizar auditorias na Administração Indireta	Auditorias realizadas	Ausência de recursos humanos qualificados para tratamento de métodos de controle	X	X	Auditorias	Auditorias	Equipes de auditoria da Divisão de Auditoria da Administração Indireta
Avaliar programas de governo	Auditorias realizadas	Ausência de recursos humanos qualificados para tratamento de métodos de controle	X	X	Auditorias	Auditorias	Equipes de auditoria da Divisão de Auditoria de Avaliação de Programas de Governo
Normatizar a criação dos departamentos de conformidade	Número de PAINT	Necessidade de formulação e implementação de Unidades de Controle	Estruturação do programa	X	X	X	Assessoria
	Número de RAINIT	Quadro de funcionários insuficiente					
	Número de Unidades de Controle supervisionadas	Resistência ao controle					
Formação de equipes com perfil de liderança	Número de líderes identificados	Quadro de funcionários insuficiente	X	Acompanhamento do desempenho dos novos servidores	Acompanhamento do desempenho dos novos servidores	Acompanhamento do desempenho dos novos servidores	Coordenador e Assessoria
Diminuir o tempo para análise de demandas externas em estoque	Número de denúncias analisadas	Quadro de funcionários insuficiente	Auditorias de demandas externas	Auditorias de demandas externas	Auditorias de demandas externas	Auditorias de demandas externas	Equipes de auditoria
	Denúncias em estoque	Aplicação da Metodologia de triagem das denúncias e relatórios					
	Data da denúncia mais antiga pendente de análise						
Estruturação e implementação do programa de capacitação Fortalece São Paulo	Número de cursos disponibilizados	Quadro de funcionários insuficiente	Estruturação do programa	Capacitação das Unidades	Capacitação das Unidades	Capacitação das Unidades	Assessoria
	Número de servidores atendidos	Conhecimento dos problemas enfrentados pelas Unidades					

Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAINT

Planejamento de atividades

Com base nas premissas já apontadas neste documento, segue abaixo o quadro de atividades previstos para CAIN em 2016:

Atividades	Produto da Ação	Meta de Resultado	Número de servidores envolvidos no processo	Número de horas para realização do trabalho	Departamento
Realização de auditorias de acompanhamento da gestão	Auditorias	Número de Relatórios e Notas Técnicas das OSs e devolução ao Erário	5	4.354	DAAG
Realização de auditorias da administração indireta	Auditorias	Número de Relatórios e Notas Técnicas das OSs e devolução ao Erário	5	4.354	DAAI
Realização de auditorias de avaliação de programas de governo	Auditorias	Número de Relatórios e Notas Técnicas das OSs e devolução ao Erário	5	4.354	DAAPG
Realização de auditorias de demandas externas	Auditorias	Número de Relatórios e Notas Técnicas das OSs e devolução ao Erário	5	4.354	DADE
Acompanhamento contábil da gestão	Auditorias	Número de Relatórios e Notas Técnicas	14	23.940	NAC
Monitoramento das recomendações formuladas pela CAIN no exercício anterior	Relatórios de Monitoramento	Número de Relatórios de Monitoramento	5	1.680	Assessoria
Elaboração de Notas Técnicas	Notas Técnicas	Número de Notas Técnicas	2	240	Coordenador e Assessoria
Elaboração de Minutas de Decreto	Minutas de Decreto	Número de Minutas	1	120	Assessoria Especial
Revisão de normativos internos	Normativos	Número de normativos revisados	6	560	Assessoria



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

Elaboração de manuais em parceria órgãos de controle interno/ órgãos de controle externo/ outros órgãos da PMSP	Manuais	Número de manuais elaborados	1	120	Assessoria Especial
Redesenho organizacional	Novo organograma	Organograma desenhado	1	40	Assessoria Especial
Redesenho de processos de auditoria	Novos fluxos de processos	Processos desenhados	3	160	Assessoria Técnica
Elaboração de estudos sobre programas de governo	Relatórios de Estudo	Número de Relatórios	6	720	Assessoria
Elaboração de estudos sobre Administração Direta	Relatórios de Estudo	Número de Relatórios	6	720	Assessoria
Elaboração de estudos sobre Administração Indireta	Relatórios de Estudo	Número de Relatórios	6	720	Assessoria
Elaboração das Matrizes de Vulnerabilidade	Classificação das Unidades da PMSP	Número de Matrizes elaboradas e classificação comparativa final	4		Assessoria
Elaboração de PAINT	PAINT	Aprovação do PAINT	4	240	Coordenador e Assessoria
Elaboração de RAIN	RAIN	Aprovação do RAIN	4	480	Coordenador e Assessoria
Elaboração de indicadores de controle para Subprefeituras	Indicadores	Número de indicadores e capacidade de medição e acompanhamento dos mesmos	4	480	Coordenador e Assessoria
Elaboração de programa de capacitação Fortalece São Paulo	Programa Fortalece São Paulo	Aprovação do programa	2	160	Coordenador e Assessoria
Realização de eventos	Eventos	Número de eventos	4	320	Coordenador e Assessoria



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

Realização do curso de formação para os ingressantes	Curso de formação	Capacitação dos novos auditores	4	76	Coordenador e Assessoria
Capacitação	Realização de cursos	Recebimento de certificados dos cursos realizados	Todos	4.920	Todos
Reserva técnica para demandas especiais	Demandas extraordinárias e outras atividades não previstas para 2016	-	Todos	13.015	Assessoria

Elaborada pela equipe técnica responsável pelo PAIN'T

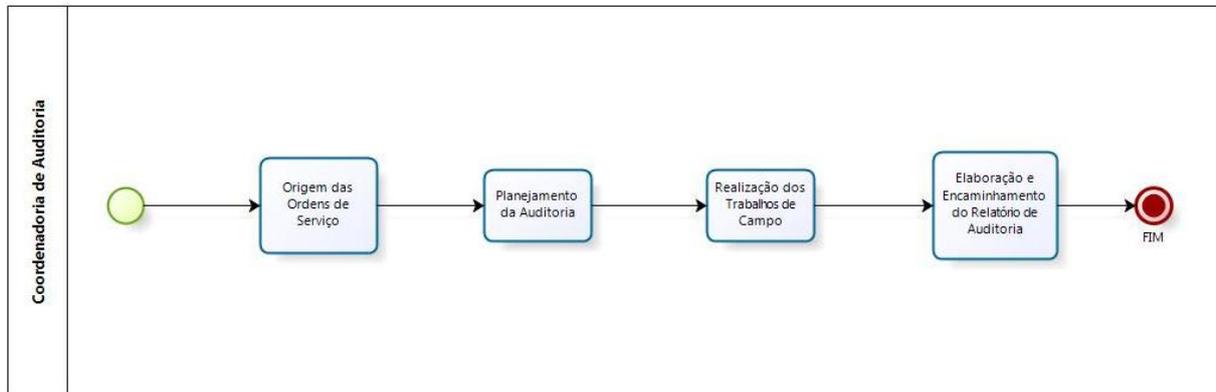
Entre os itens relacionados acima, deve-se atentar para a reserva técnica, que consiste em uma parcela do tempo disponível para os funcionários de CAIN que não será reservada para nenhuma atividade planejada. Este tempo consiste em uma resguarda para diversas utilidades, por exemplo:

- Realização de atividades não previstas neste PAIN'T;
- Suplementação de tempo em auditorias que apresentarem grau de complexidade ou irregularidades maiores do que o esperado;
- Assessoramento a atividades de gestão de CAIN;
- Realização de atividades em CAIN que não façam parte do escopo de atividades deste departamento até este momento, mas que sejam incorporados posteriormente;
- Parcerias e acompanhamentos de trabalhos de Unidades externas;
- Necessidade de monitoramento mais frequente ou prolongado do que o normal para os resultados de auditorias específicas.

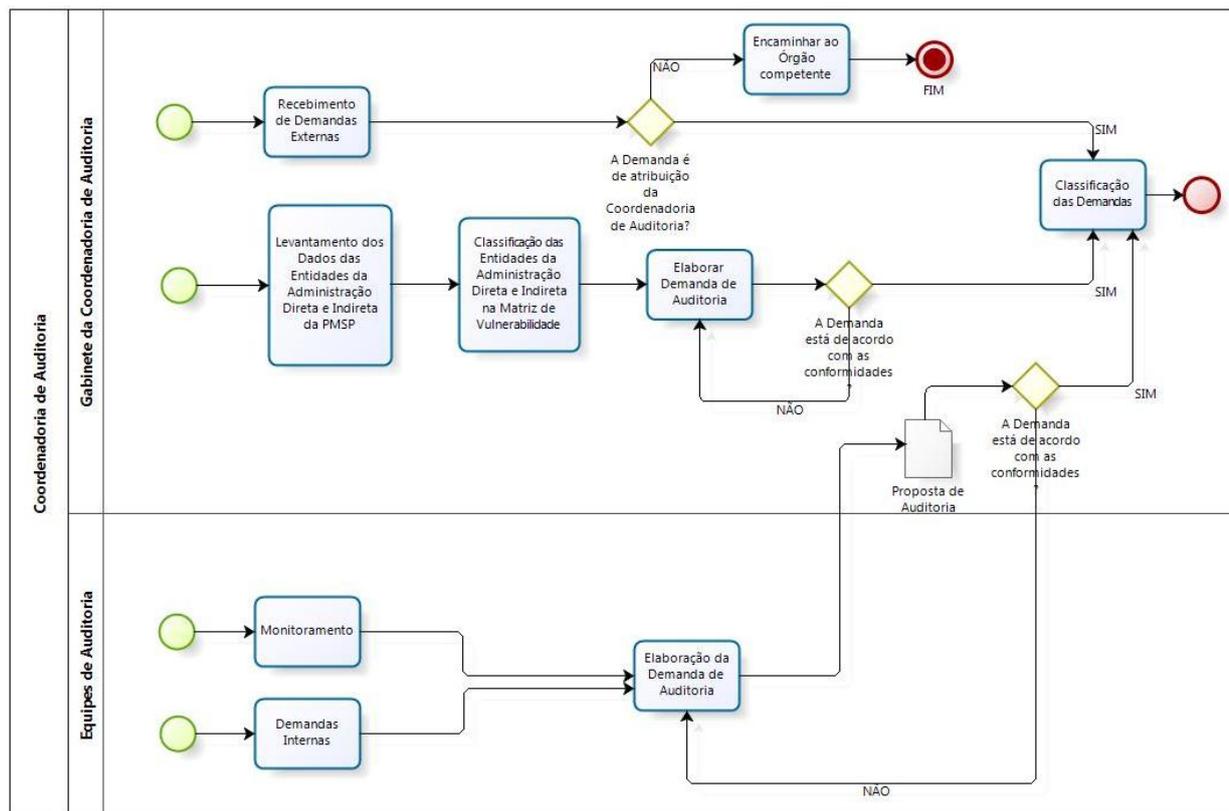
Fluxos de processos

A CAIN possui planejamento de seus processos, descrevendo-os minuciosamente em todas as suas etapas, conforme apresentam os fluxogramas a seguir:

Macroprocesso da Coordenadoria de Auditoria



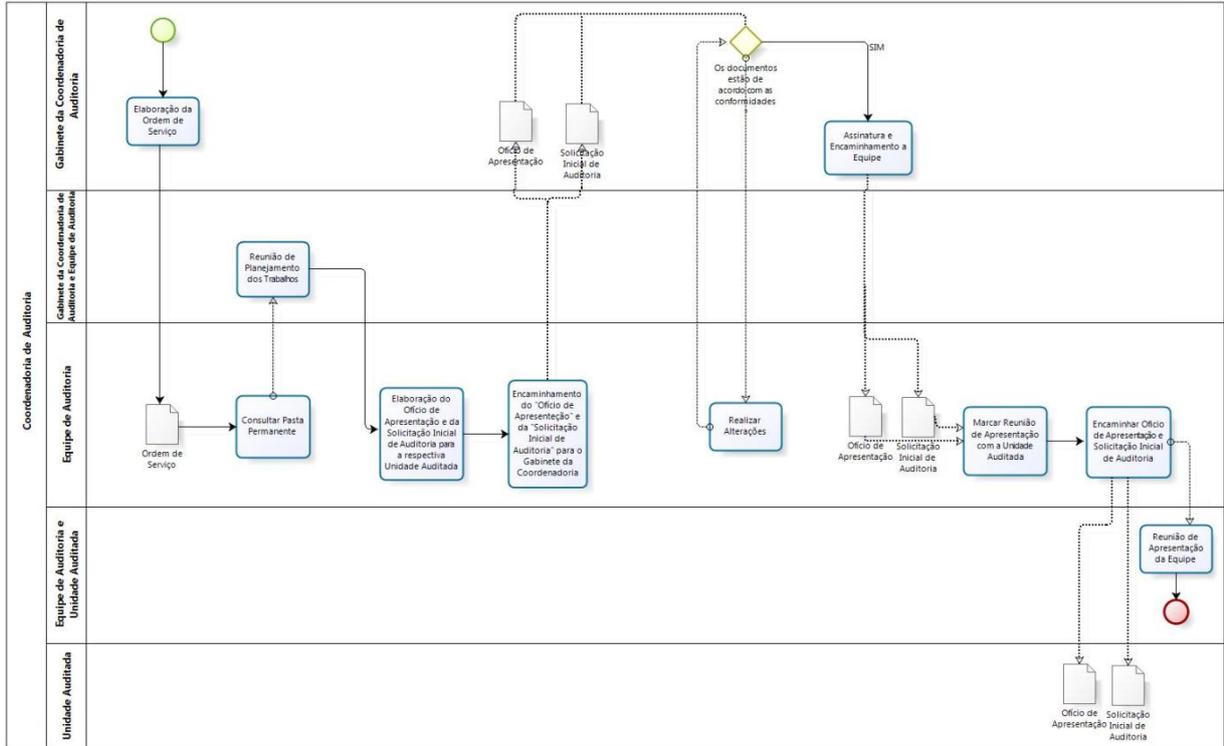
Origens das Ordens de Serviço





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

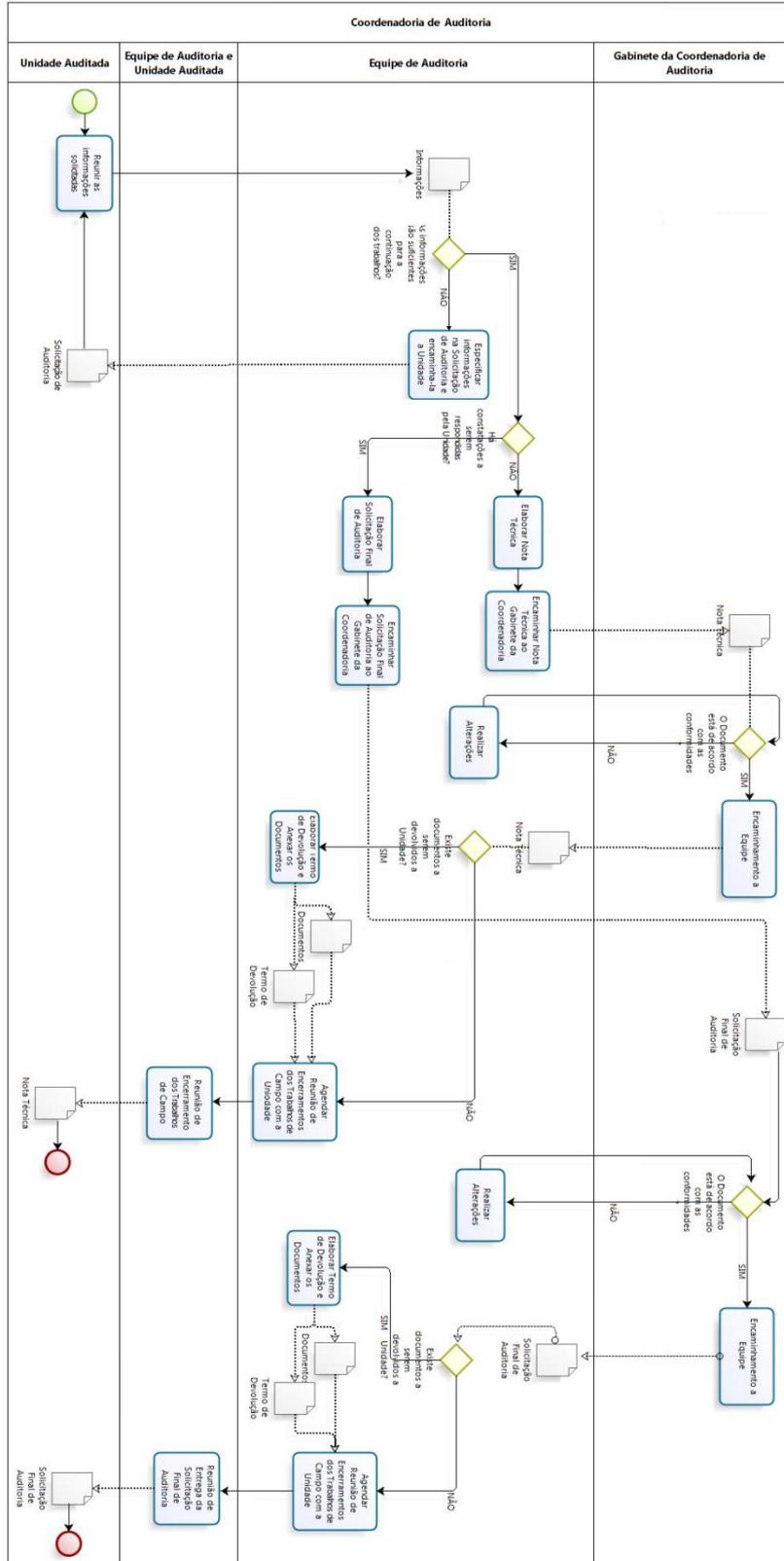
Planejamento dos Trabalhos de Auditoria





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

Trabalhos de Campo da Auditoria





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA GERAL

Elaboração e Encaminhamento do Relatório de Auditoria

